



Sistema CFB / CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia

Boletim Especial

Junho 2013

Ministério da Cultura vai incentivar investimento em bibliotecas públicas



Da esquerda para a direita: a presidente do CFB Regina Céli Sousa, o deputado José Stédile e ministra da Cultura Marta Suplicy

A diretoria do Conselho Federal de Biblioteconomia e o deputado federal José Stédile, presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Biblioteca Pública, estiveram reunidos com a ministra da cultura Marta Suplicy, em fevereiro. Na ocasião foram discutidas as carências das bibliotecas públicas. O CFB ressaltou a importância de investimentos e fortalecimento dessas bibliotecas e defendeu a contratação de bibliotecários, profissionais aptos a facilitar a pesquisa e a desenvolvimento de ações de apoio à leitura e de competências em informação.

Entre as propostas do CFB apresentadas ao Ministério da Cultura destacam-se maior infraestrutura nas bibliotecas, atualização de acervos, modernização dos espaços, programa de qualificação profissional e um modelo de biblioteca acessível e sustentável. A ministra Marta Suplicy prometeu atuar no sentido de encorajar as Prefeituras a investir em bibliotecas públicas e na contratação de bibliotecários.

O deputado federal José Stédile, defende que as bibliotecas públicas fiquem abertas 24 horas para possibilidade de expandir e incentivar mais a leitura.

Ética nas profissões

O Sistema CFB/CRB promoverá no dia 9/07, durante a realização do CBBB, o Seminário “Ética nas Profissões”. A pauta gira em torno da reflexão sobre ética profissional, com vistas a repensar as práticas nos serviços bibliotecários e dos órgãos representativos da profissão, especialmente quanto as suas responsabilidades técnicas, políticas e sociais. O evento será relevante para orientar o processo de atualização do Código de Ética do Bibliotecário, que será realizado pela Comissão de Ética do CFB.

Cumpra-se a Lei: Ministério Público Federal fiscaliza o cumprimento da Lei 12.244/2010

O Ministério Público Federal - Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, após solicitação do CFB, comunicou ao Conselho Federal de Biblioteconomia a instauração de 26 autos administrativos em todo País durante a fiscalização do cumprimento da Lei 12.244/2010 (bibliotecas escolares com bibliotecários e acervo), nas instituições de ensino.

O Ministério Público é responsável perante o Poder Judiciário, pela defesa da ordem jurídica e dos interesses da sociedade e pela fiel observância das leis. O CFB agradece a iniciativa do MPF e destaca que o seu empenho trará benefícios para toda a sociedade, visto que alunos e estudantes terão garantido o seu direito de acesso à informação, pesquisa e aprendizagem.

Expediente

Conselho Federal de Biblioteconomia - 16ª GESTÃO (2013/2015)
DIRETORIA

PRESIDENTE: Regina Céli de Sousa - CRB-8/2385
VICE-PRESIDENTE: Adelaide Ramos e Côte - CRB-1/423
1ª SECRETÁRIA: Isaura Lima Maciel Soares - CRB-7/1489
2ª SECRETÁRIA: Lucimar Oliveira Silva - CRB-5/1239
TESOUREIRA: Sandra Maria Dantas Cabral - CRB-3/243

COMISSÕES

CDV - COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO

Coordenadora: Francisca Rosaline Leite Mota - CRB-4/1714
Membro: Lucimar Oliveira Silva - CRB-5/1239
Membro: Sandra Maria Dantas Cabral - CRB-3/243

CLN - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

Coordenadora: Maria de Fátima Almeida Braga - CRB-13/014
Membro: Adelaide Ramos e Côte - CRB-1/423
Membro: Isaura Lima Maciel Soares - CRB-7/1489

CEP - COMISSÃO DE ÉTICA PROFISSIONAL

Coordenadora: Rosana Chaves Abatti - CRB-14/458
Membro: Eliane Lourdes da Silva Moro - CRB-10/881
Membro: Raimundo Martins de Lima - CRB-11/039

CL - COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Coordenador: Raimundo Martins de Lima - CRB-11/039
Membro: Helen Beatriz Frota Rozados - CRB-10/668
Membro: Tatiana Paula Martins (funcionária)

CTC - COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Coordenadora: Kátia Lúcia Pacheco - CRB-6/1709
Membro: Rosana Chaves Abatti - CRB-14/458
Membro: Maria Raimunda de Sousa Sampaio - CRB-2/865

COMISSÃO DE ACESSORIA PARLAMENTAR

Coordenadora: Adelaide Ramos e Côte - CRB-1/423
Membro: Cristian José Oliveira Santos - CRB-1/1812
Membro: Cintia Mara Machado Ferreira da Costa - CRB-1/1895

COMISSÃO BIBLIOTECA ESCOLARES E PÚBLICAS

Coordenadora: Eliane Lourdes da Silva Moro - CRB-10/881
Membro: Raimundo Martins de Lima - CRB-11/039
Francisca Rosaline Leite Mota - CRB-4/1714

COMISSÃO DE CADASTRO DE PROFISSIONAIS E DE BIBLIOTECAS

Coordenadora: Helen Beatriz Frota Rozados - CRB-10/668
Membro: Maria de Fátima Almeida Braga - CRB-13/014
Membro: Kátia Lúcia Pacheco - CRB-6/1709

COMISSÃO DE ENSINO

Coordenadora: Helen Beatriz Frota Rozados - CRB-10/668
Membro: Francisca Rosaline Leite Mota - CRB-4/1714
Membro: Maria Raimunda de Sousa Sampaio - CRB-2/865

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Membro: Adelaide Ramos e Corte - CRB-1/423
Membro: Cristiane Camizão Rokicki - CRB-8/6256
Membro: Hozana Maria Oliveira Campos de Azevedo - CRB-5/1213
Membro: Leila Rabello de Oliveira - CRB-8/4037
Membro: Luiz Atílio Vicentini - CRB8/2870
Membro: Marcia Valéria Brito Costa - CRB-7/4114
Membro: Marta Lígia Pomim Valentim - CRB-8/3663
Membro: Paula Maria A. Cotta de Mello - CRB-7/3659
Membro: Valéria Maria Soledade de Almeida - CRB-1/1387

COMISSÃO DE MEMÓRIA

Coordenadora: Adelaide Ramos e Côte - CRB-1/423
Membro: Isaura Lima Maciel Soares - CRB-7/1489

Funcionários

Roberto Barros Cardoso - Gerente Administrativo
Rodrigo Magalhães de Oliveira - Assessor jurídico
Ailton Moreira da Rocha - Auxiliar Administrativo
Tatiana Paula Martins - Auxiliar Administrativa
Neracy Fernandes da Silva - Auxiliar de Serviços Gerais
Assessoria Contábil
Empresa: CTA Contabilidade e Auditoria Ltda.

Conselho Federal de Biblioteconomia - CFB

SRTVN Ed. Brasília Rádio Center - Salas 1079/2079
CEP 70.719-900- Brasília - DF
Telefones (61)3328-2896 - (61)3328-2080 Fax (61)3328-2894
Site: www.cfb.org.br | E-mail: cfb@cfb.org.br

Editorial

Compartilhando as ações da 16ª gestão do CFB

Apresentamos um balanço das atividades dos seis meses iniciais da 16ª gestão do CFB (2013-2015).

Num trabalho integrado dos conselheiros federais, dos funcionários e assessorias, com a contribuição de bibliotecários, professores de biblioteconomia e Conselhos Regionais está sendo possível planejar e desenvolver ações e projetos que objetivam promover a missão do Conselho Federal de Biblioteconomia em defesa da profissão e em prol da sociedade brasileira.

Não se pode iniciar uma gestão do CFB sem considerar o mundo em que vivemos. A Lei 4.084/1962 estabelece no artigo 8º e seguintes, que a missão precípua dos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia é a "fiscalização do exercício da profissão do bibliotecário". Tarefa fácil se entendermos que para cumpri-la é necessário acompanhar os formandos dos cursos de Biblioteconomia do País, realizar o seu registro nos Conselhos Regionais e efetuar visitas fiscalizatórias nas bibliotecas.

A sociedade mudou e muito, após a promulgação da Lei 4.084. Ela vive hoje, um processo de centralidade da informação. As novas tecnologias de comunicação e informação impulsionaram a sociedade e interferem no exercício profissional em todas as profissões regulamentadas. Essas mudanças tecnológicas e sociais exigem dos Conselhos uma ação mais ativa e construtiva junto à sociedade.

Na área da Biblioteconomia, como o Conselho Federal tem sido demandado frente a tantas mudanças? A atuação deve se dar em duas frentes, interna e externa no âmbito do Sistema CFB/CRB, em cumprimento à Lei que regulamenta a profissão. No âmbito externo, temos vivenciado as mais diversas situações.

As atuais lideranças políticas e gestores públicos não compreendem os conceitos básicos do que vem a ser uma biblioteca e nem imaginam os diversos tipos existentes. Ao confundir biblioteca pública com biblioteca que recebe recursos públicos, legisla pensando em uma coisa e na verdade é outra muito diferente. Exemplo disso é a Lei do Livro, de nº 10.753 de 2003, uma lei e essencial para a sociedade, mas com a grande confusão do que é uma biblioteca pública. E o que dizer do processo de avaliação das bibliotecas das Instituições de Ensino Superior espalhadas por esse país? A realidade mostra que gestores alugam acervos e contratam bibliotecários para "receberem" as Comissões do MEC. Como avaliadores chegam com tempo restrito para a avaliação das IES e pouco ou nada entendem sobre o funcionamento de uma biblioteca universitária, alguns são iludidos e aprovam cursos cujas bibliotecas são verdadeiros fantasmas, tanto em relação ao acervo quanto em relação ao profissional que ali deveria desempenhar suas funções em prol de uma educação de qualidade. E os profissionais não bibliotecários à frente da direção de bibliotecas? Aceitamos, como cidadãos, um bibliotecário, um engenheiro, um músico como dirigente e gestor de um hospital? Aceitamos um profissional sem a preparação adequada como professor atuando em sala de aula? Por que aceitar um não bibliotecário dirigindo uma biblioteca?

Na cadeia de produção, distribuição de livros e de acesso à leitura, onde fica o bibliotecário? Por que valorizar o editor, o autor, o contador de história, profissionais importantes nesse processo, porém deixar de lado o bibliotecário como mediador da leitura, do conhecimento e da informação?

Dos concursos públicos que exigem o exercício de funções específicas do bibliotecário, mas para isso divulgam no edital, a necessidade de apresentação de diploma em áreas que não a Biblioteconomia? Não respeitando assim a própria norma do setor público? Podemos enumerar várias ações concretas de atuação da classe, que extrapola os limites da missão do CFB de promover a fiscalização do exercício profissional. É preciso ir além. Não porque queremos, mas porque a sociedade exige. É preciso coibir e eliminar ações que não valorizem o profissional.

No âmbito interno do Sistema CFB/CRB, é preciso instrumentalizar os Conselhos Regionais para a sua função de fiscalização do exercício profissional.

É preciso motivar o bibliotecário a atuar em defesa da sua profissão, como observado em outras profissões. Engajar é preciso. Envolver é preciso. Participar é preciso.

Para realizar atividades de forma eficiente há um custo, por isso a anuidade recebida da classe se justifica. Ela tem sido aplicada com responsabilidade.

Neste Boletim apresenta-se à você, bibliotecário, algumas ações que extrapolam o simples exercício do profissional bibliotecário, preparadas e executadas em função das demandas acima mencionadas.

Enfim, cremos em bibliotecas com qualidade, capazes de desempenhar e cumprir suas funções educativa, cultural, de lazer e transformadoras. Com capacidade de criar e oferecer ao cidadão, um ambiente com excelentes condições de aprendizagem para que estes desenvolvam, ao máximo, suas potencialidades e possam transformar-se em cidadãos mais responsáveis e assim agentes de mudanças, críticos e construtores.

Acreditamos na capacidade do bibliotecário em promover mudanças que tanto o Brasil necessita e a população exige nas ruas. Temos convicção na sua competência em divulgar e transferir a informação certa, para o usuário certo, no momento certo.



Regina Céli de Sousa
Presidente do CFB
CRB/8-2385



Diretoria do CFB e coordenação-geral Ead/CAPEES

Ensino a distância para o curso de Biblioteconomia

O curso de Bacharelado em Biblioteconomia a distância está em andamento. Em fevereiro de 2013, o diretor de Educação a Distância, João Carlos Teatini de Souza Clímaco, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, do Ministério da Educação, comunicou oficialmente que por meio da parceria entre o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) o curso de graduação tem lançamento previsto para o segundo semestre de 2014 e será oferecido gratuitamente pelas Instituições de Ensino Superior - IES, do Sistema UAB. Criada em 2010, a Lei 12.244 que trata da universalização da biblioteca em todas as instituições de ensino no País, amplia as oportunidades para a atuação do bibliotecário e a graduação a distância permite a formação de um número maior de profissionais qualificados para o serviço de informação.

Frente Parlamentar promove seminário em Defesa das Bibliotecas Públicas e Leitura

Em apoio ao seminário realizado pela Frente Parlamentar em Defesa das Bibliotecas Públicas, presidida pelo deputado federal José Stédile (PSB-RS), e a Frente Parlamentar Mista do Livro e Leitura, presidida pela deputada federal Fátima Bezerra (PT-RN), o CFB e FEBAB devem apresentar, em breve, um texto de apoio ao PL 4534/12 e dar sugestões para alterar o artigo 18 da Lei 10.753 de 2003.

O Projeto de Lei 4534/12 busca incentivar a leitura nos estabelecimentos públicos. A nova norma pretende alterar a Lei 10.753, que equipara livros e aparelhos de leitura digitais ao livro de papel, inclusive quanto à isenção de impostos e tarifas alfandegárias. Entre outras personalidades, participaram do evento, o secretário-executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura do Ministério da Cultura, José Castilho, o presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Renato Lessa, a vice-presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, Adelaide Ramos e Côrte, os deputados Gabriel Chalita, Marcelo de Almeida, e a presidente da Câmara Brasileira do Livro, Karine Pansa.

Plano Nacional do Livro e da Leitura - PNLL

Os membros da diretoria do CFB têm acompanhado as ações do PNLL e realizado reuniões, onde apresenta e justifica a necessidade de maior participação do bibliotecário como mediador da informação, tanto na liderança do Programa em nível nacional, quanto na implantação dos Planos Estaduais e Municipais, propondo ações conjuntas com o Programa e os Conselhos Regionais.

CFB cria Comissão de Especialistas

Para acompanhamento de assuntos pertinentes às Bibliotecas

Universitárias junto ao INEP, o Conselho Federal de Biblioteconomia criou em junho/2013 a Comissão de Especialistas em Bibliotecas Universitárias composta por representantes de diversas Universidades do País, conforme segue:

- Adelaide Ramos e Côrte – CFB
- Cristiane Camizão Rokicki - SENAC/SP
- Hozana Maria de Oliveira Campos de Azevedo – UFBA/BA
- Leila Rabello de Oliveira – Belas Artes/SP
- Luiz Atílio Vicentini – UNICAMP/SP
- Márcia Valéria da Silva de Brito Costa – UNIRIO/RJ
- Marta Lígia Pomim Valentim – UNESP/SP
- Paula Maria A. Cotta de Mello – UFRJ/RJ
- Valéria Maria Soledade de Almeida – UFG/GO

CFB no rádio

Por ocasião das comemorações do Dia do Bibliotecário em 2013, o Conselho Federal de Biblioteconomia contratou agência especializada em mídia radiofônica. O rádio continua sendo uma estratégia ágil e eficaz, capaz de levar temas importantes de valorização da profissão do bibliotecário para um grande número de pessoas simultaneamente. A empresa contratada divulgou, em aproximadamente quatro mil emissoras no Brasil, entrevistas com membros da diretoria, das comissões do CFB, com bibliotecários, parlamentares e outras autoridades, destacando a importância desse profissional para a sociedade.



Presidente do CFB, Presidente e vice do CRB-8

Dia do Bibliotecário

O Sistema CFB/CRB comemorou o Dia do Bibliotecário com atividades diversas. Palestras, seminários e premiações ocorreram por todo o país. Alguns Conselhos Regionais realizaram caminhadas e festas.

Os Conselheiros Federais representaram o CFB em seus estados e participaram ativamente das comemorações.

Presidente do CFB visita CRB e ministra palestra para os bibliotecários

A presidente do CFB, Regina Céli de Sousa, com o intuito de promover aproximação entre os Conselhos Federal e Regional visitou, inicialmente por demanda, os seguintes Regionais: CRB-14, CRB-13 e CRB-6. Nos dois primeiros ministrou palestra para a comunidade bibliotecária local, com o intuito de estimular a participação e formação de novas lideranças, bem como destacar a importância dos Conselhos para a sociedade. Na pauta das próximas ações consta visita a Manaus para orientar e acompanhar a gestão do CRB-11.



Diretoria do CFB e o Senador Cássio Cunha Lima, relator do PLC 28/2012.

Em defesa da Biblioteca Escolar

Entre os assuntos que norteiam a atenção da Diretoria do Conselho Federal de Biblioteconomia, a Biblioteca Escolar sempre ocupou posição relevante. Em fevereiro deste ano, uma comissão liderada por Regina Céli de Sousa, presidente da atual gestão do CFB, esteve em audiência com o Senador Cássio Cunha Lima, PSDB/PB, relator do Projeto de Lei Complementar 028/2012 (que altera a Lei 9.394, de 28/12/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, retirando a obrigatoriedade das instituições de ensino particulares do cumprimento da Lei 12.244/2010). Na ocasião, foi entregue ao Senador um documento justificando a importância da obrigatoriedade de criação e manutenção de bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino no projeto. O Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, Júlio Ricardo B. Linhares, com quem o CFB esteve em audiência em prol da reformulação do PLC 028/2012, destacou como relevante a atuação da nova diretoria do Conselho Federal de Biblioteconomia no acompanhamento das leis relacionadas às bibliotecas e aos bibliotecários.

Comissão Parlamentar

Considerando a relevância do acompanhamento do Conselho Federal de Biblioteconomia sobre as proposições e assuntos de interesse da profissão, dos profissionais e dos Conselhos de Biblioteconomia, a Presidente Regina Céli de Sousa designou a Conselheira Federal Adelaide Ramos e Côrte (CRB 1/423) e os bibliotecários Cristian José Oliveira Santos (CRB 1/1812) e Cíntia Mara Machado Ferreira da Costa (CRB 1/1895) para acompanhar as diversas instâncias do Poder Legislativo: Plenário, Comissões Permanentes, Lideranças Partidárias, Coordenações das Comissões, mesas Diretoras e Gabinetes dos Parlamentares e Centros de Documentação. A primeira ação dessa comissão foi no dia 21 de junho de 2013, quando esteve em audiência com assessores dos Senadores Alfredo Nascimento e Cristovam Buarque para a elaboração de propostas para o PL 156 (que altera a Lei 10.753 – Lei do Livro) em tramitação no Senado Federal proposto pelo primeiro Senador e relatado pelo segundo, respectivamente. O principal resultado da reunião foi a compreensão, por parte dos assessores, sobre o conceito dos diversos tipos de bibliotecas, que interferem diretamente na nova redação proposta pelo CFB para o PL 156 e na aplicação do Artigo 18, da referida

Lei. Desta reunião saiu a sugestão para a elaboração de uma legislação, que reconheça e discipline os conceitos de cada tipo de biblioteca.

Livro digital

Em maio/2013, a vice-presidente do CFB, Adelaide Ramos e Côrte, participou do seminário “Desafios do livro digital no Brasil”, realizado no auditório Freitas Nobre da Câmara dos Deputados, em Brasília. Após o evento, em audiência com a Deputada Fátima Bezerra, numa ação conjunta com a Diretora da Febab, Iza Antunes, registrou o apoio da classe ao PL 4534/12, que trata da equiparação de livros e aparelhos de leitura digitais ao livro de papel, inclusive quanto à isenção de impostos e tarifas alfandegárias, alterando a Lei 10.753/2003.

80 anos FESP/SP

A presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, Regina Céli de Sousa, esteve presente às comemorações dos 80 anos de existência da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESP. O Sistema CFB/CRB parabeniza a todos que construíram e constroem esta Instituição.

Instituto Ecofuturo

A presidente do CFB, Regina Céli de Sousa participou de duas reuniões no Instituto Ecofuturo e encaminhou as sugestões apresentadas pelo Sistema CFB/CRB para alteração do material de divulgação, intitulado “Eu quero minha Biblioteca”.

Direitos autorais

Em reunião bastante produtiva realizada em junho/2013 com representantes da FEBAB e o diretor da área de Direitos Autorais do MINC, a vice-presidente do CFB Adelaide Ramos e Côrte acompanhou as discussões sobre direitos autorais. O Diretor de Direitos Intelectuais do Ministério da Cultura, Marcos Alves de Sousa, manifestou sua alegria pelo apoio dos bibliotecários à aprovação do projeto do MINC e o seu interesse em tratar com o CFB sobre os principais objetivos que levaram à reformulação dos Direitos Autorais. Também cobrou maior empenho e participação dos bibliotecários para defender as bibliotecas brasileiras e não deixar que profissionais de outras áreas ou entidades estrangeiras tomem a direção.

Fórum de Conselhos de Fiscalização Profissional (Conselhão)

Para acompanhar as atividades do Conselhão, a vice-presidente do CFB tem participado das reuniões mensais, na qualidade de secretária do Fórum, e, com isso, mantém o CFB presente nas discussões de interesse da classe. Merecem destaque três assuntos de interesse imediato do bibliotecário que o ‘Conselhão’ tem atuado efetivamente: o cumprimento da Lei de Acesso à Informação, a regulamentação da profissão de Tecnólogo e a fiscalização, pelo Tribunal de Contas da União - TCU, dos Conselhos de Fiscalização Profissional de cada área.



CFB, Comissão de Especialistas em Bibliotecas Universitárias e INEP.

CFB reúne-se com INEP/MEC

Considerando que o MEC/INEP é o condutor de todo o sistema de avaliação, reconhecimento e renovação de cursos superiores no Brasil, o Conselho Federal de Biblioteconomia solicitou reunião com estes órgãos para tratar sobre o processo de avaliação das bibliotecas das instituições de ensino superior. Deste encontro resultou em parceria, que teve início com um treinamento. Da sua parte, o INEP apresentou o novo instrumento de avaliação dos cursos, já o CFB, junto com a Comissão de Especialistas em Bibliotecas Universitárias, apresentou o funcionamento das bibliotecas universitárias e propôs diversas sugestões para serem trabalhadas em prol da integração, conforme segue abaixo:

- Integrar a participação da biblioteca/bibliotecário nas etapas avaliativas do INEP, desde o início do processo.
- Incluir o bibliotecário da IES como membro da CPA;
- Não considerar número de assentos, mas sim a existência de espaços de leitura, estudo e pesquisa (individual e em grupo) nas bibliotecas das IES;
- Na Avaliação Institucional criar um item específico para as bibliotecas das IES e não apenas na Dimensão 7, referente à infraestrutura;
- Incluir na Avaliação Institucional a identificação do vínculo institucional do bibliotecário e seu registro profissional no Conselho Regional de sua região;
- Verificar se há existência de uma política de formação e desenvolvimento de coleções;
- Incluir um membro do CFB/CBBU no Seminário voltado às CPAs.
- Considerar as instalações físicas (m²) das bibliotecas das IES, em relação às atualizações de acervos;
- Rever a condição do livro, entendido como material permanente, de forma que o processo de aquisição e incorporação ao patrimônio seja desburocratizado;
- Considerar os acervos integrados existentes nas redes e sistemas de bibliotecas das IES;
- Contextualização da avaliação;
- Incluir a solicitação de um documento elaborado pelas bibliotecas das IES em relação à análise do acervo existente e necessário para a autorização de um novo curso;
- Estabelecer uma relação entre os dados do Censo Anual com os indicadores existentes no instrumento de avaliação;
- Propiciar a participação do CFB/CBBU no processo avaliativo do INEP, por meio do envio de um documento a Agência Reguladora.

Seminário na FNLIJ e o plano de ação do Sistema CFB/CRB para as bibliotecas escolares

A presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, Regina Céli de Sousa, proferiu palestra durante seminário organizado pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil-FNLIJ, em 07 de junho, no Rio de Janeiro. Com o título **Lei 12.244/2010: ações do Sistema CFB/CRB**. Ela ressaltou que a lei prevê que cada escola brasileira seja contemplada com uma biblioteca e bibliotecário até 2020.

Na ocasião, também apresentou o Plano de Ação, elaborado pela Comissão de Biblioteca Escolar e Pública do CFB, que se baseia em articular e criar novas formas de atuação dos Conselhos Federal e Regionais. A finalidade é levar o cumprimento das normas técnicas, política e de competência da informação para as bibliotecas escolares do País. Outro aspecto do Plano aponta para a pesquisa em relação à existência de bibliotecas nas escolas da rede pública, estadual e municipal. Os seminários também estão inseridos nas metas e devem acontecer em parceria com as Faculdades de Biblioteconomia, Conselhos Regionais (CRB), Associações de Bibliotecários, Sistemas Estaduais e Municipais de Educação, FEBAB, etc. A pauta principal girará em torno da criação das bibliotecas na rede educacional; estabelecimento de políticas públicas; qualificação de profissionais, que prevê o treinamento e a presença de bibliotecário. Também haverá fóruns estaduais, no mínimo um em cada Estado, coordenado e organizado pelo Conselho Regional da região.

Além disto, haverá a criação de cursos de extensão presencial e à distância. Tudo isso atrelado ao reconhecimento e representação política profissional, juntos aos poderes do Município (Câmara de Vereadores), do Estado (Assembleia Legislativa, Deputados Estaduais); República Federativa (Congresso Nacional, Deputados Federais e Senadores), numa rede colaborativa de projetos de lei, em defesa das bibliotecas escolares e públicas.

Bibliotecas escolares no Distrito Federal

Em abril de 2013, a vice-presidente do CFB, juntamente com representantes do CRB-1, da FEBAB e da Biblioteca da Presidência da República, esteve em reunião com o Secretário de Estado da Casa Civil do Governo do Distrito Federal apresentando propostas de aplicação da Lei 12.244/2010 no Distrito Federal.

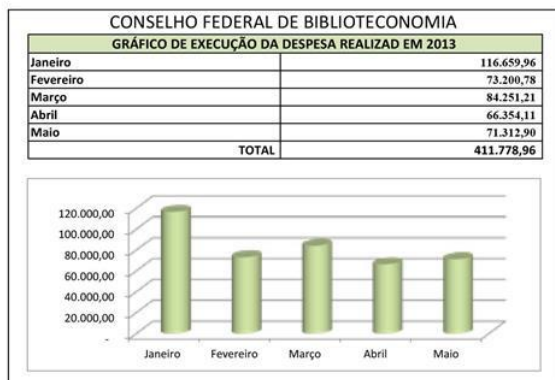
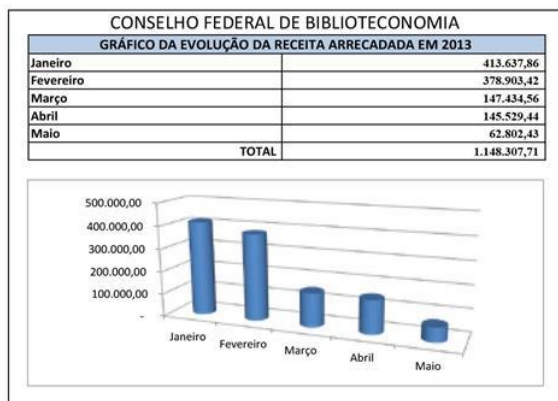
Mapeando os cenários da biblioteca escolar

Por iniciativa das Comissões de Ensino e de Bibliotecas Escolares do CFB, as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação estão encaminhando os números referentes à existência de escolas com bibliotecas, bibliotecas com bibliotecários e bibliotecas com pessoal não bibliotecário. Esta é uma ação concreta, que permitirá traçar diretrizes e ações nessa área. Tal levantamento é importante para que se saiba efetivamente o número de bibliotecários, seu local de atuação e, principalmente, se o Estado está preparado para o cumprimento da Lei da universalização da biblioteca escolar.

Vem aí:
Prêmio aos Municípios que
cumprirem a Lei 12.244/ 2010.

CRB-2 cria mais duas Microregiões

Agora, o CRB-2ª Região é representado em Santarém (Pará) e Araguaína (Tocantins).



Quantidade de bibliotecários no Brasil

Total de Bibliotecários por Estado

Regional	UF	Total de inscritos	Total de ativos
CRB-1 *(dados 2009)	DF	2014	1017
	GO	318	241
	MT	121	99
	MS	128	106
Total		2581	1463
CRB-2	PA	1.230	853
	AP	61	47
	TO	64	40
Total		1.445	940
CRB-3	CE	826	530
	PI	163	154
Total		989	684
CRB-4	PE	1083	618
	AL	163	130
Total		1246	748
CRB-5	BA	1606	814
	SE	155	117
Total		1761	931
CRB-6	MG	3165	1754
	ES	774	542
Total		3939	2296
CRB-7	RJ	6515	3185
Total		6515	3185
CRB-8	SP	9239	4778
Total		9239	4778
CRB-9	PR	1344	797
Total		1344	797
CRB-10	RS	2.247	1.139
Total		2.247	1.139
CRB-11	AM	786	692
	AC	15	13
	RR	32	30
	RO	51	40
Total		884	775
CRB-13	MA	708	480
Total		708	480
CRB-14	SC	1387	801
Total		1387	801
CRB-15 *(dados 2009)	PB	323	307
	RN	197	189
Total		520	496
Total Geral		34805	18374